

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 4 • N.º 7 • MARÇO 95

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA - *O Regresso do Mito no Diálogo entre E. Cassirer e M. Heidegger*

JOÃO MARIA ANDRÉ - *Da mística renascentista à racionalidade científica pós moderna. (A propósito da articulação entre ciência, filosofia e misticismo em Nicolau de Cusa)*

MÁRIO A. SANTIAGO DE CARVALHO - *Ler Tomás de Aquino, hoje*

ANTÓNIO PEDRO PITA - *Presença, representação e sentimento. Configuração da experiência estética segundo Mikel Dufrenne*

Colóquio: A filosofia no ensino secundário: O novo programa 12.º Ano

JOSÉ ENES - *Leitura Integral. Porquê? Como?*

ALFREDO REIS - *12.º Ano: Leitura Integral do texto filosófico. Porquê? Como? Comentário.*

feminino permite, como a autora reconhece nas pp.172-173, estabelecer uma continuidade com as noções de pudor, de recolhimento e de interioridade de *Totalité et Infini*. Mas a autora deixa por resolver o problema da contradição de fundo. Para além disto, não é praticável uma abordagem séria deste "tema" sem envolver o observador. Isto é, não é possível falar-se no feminino assexuadamente. A pergunta anterior a todas as perguntas é aqui dirigida ao sexo do autor, ao sexo do observador deste "tema", ao sexo de quem, desta ou daquela maneira, escreve sobre o feminino. Ora, as descrições filosóficas sempre se prestaram pouco ao posicionamento deste problema prévio, em virtude do modo como designavam o Sujeito da Filosofia como Sujeito assexuado.

Ao lado do tópico do feminino aparece o do amor. O que a autora escreve sobre o matrimónio e a família na p. 203, onde mistura num agregado acrítico o conceito de alteridade pessoal de E.L. com o conceito de pessoa do personalismo cristão, não pode deixar de ser sintomático sobre os seus pressupostos de leitura. É, em especial, este pressuposto do conceito de pessoa, como núcleo da reciprocidade do amor, que leva a autora a colocar a sua objecção final ao pensamento de E.L., já na conclusão. Para ela, E.L. não teria conseguido passar da "unilateralidade" do mandamento negativo do "não matarás!" para um mandamento positivo do amor. Este último abriria as portas para uma reciprocidade entre o que se dá e o que se recebe; permitiria, segundo a autora, ultrapassar a dimensão da subjectividade como pura passividade e sacrifício (o "sujeito no acusativo"). Aqui, talvez tenha faltado à autora alguma atenção ao seu Cristianismo. Vigilância sobre os pré-conceitos é um preceito básico numa interpretação e não é a citação do judeu F. Rosenzweig (p.251) que resolve a questão que aqui está em causa.

8. Por fim, não poderia deixar de referir que um exame mesmo que superficial à orgânica da obra, permite constatar que a autora seguiu a moldura temática de *Totalité et Infini*. O encadeamento dos temas uns nos outros é típico desta obra. Os elementos temáticos e conceptuais devedores de uma diferente economia teórica (la Trace, l'Énigme, l'Illéité, por exemplo) acabam por se integrar nos quadros da obra de 1961. Esta estratégia tem perigos óbvios, pois com ela não se salienta a diversidade de laços que o pensamento de E.L. mantém por um lado com a Fenomenologia e, por outro, com a tradição hebraica não conceptual. Se *Totalité et Infini* muito deve à Fenomenologia, já *Autrement qu'être*(...) se não explica por esta única dependência. É o próprio E.L. quem chama a atenção para o carácter não inteiramente satisfatório do livro de 1961. A meu ver, E. LOPES NUNES acreditou demasiado na unidade intencional e temática e na "teleologia" do pensamento de E.L., para poder analisar a grande diversidade de ângulos de visão que ele comporta. Se é certo que pode confortavelmente dizer-se que E.L. pensou sempre a "mesma Coisa", não é menos certo que os modos sempre distintos de a encarar, dela fizeram uma multiplicidade de horizontes, de linguagens e de conceitos, que nem sempre se adaptam uns aos outros.

Edmundo Balsemão

SCHOMBERG, René von (ed.): *Science, politics and morality. Scientific uncertainty and decision making*. (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1993) XI + 235 pp.

Este livro reúne os textos das comunicações apresentadas num simpósio "Ciência, política e moralidade" organizado por René von Schomberg na Universidade de Twente, em Junho de 1991. Deve, pois, ser lido como registo parcial de uma reflexão sobre um

conjunto de temas centrais das esferas de valores ciência, política e moralidade. Mais do que uma exploração exaustiva de toda a complexa teia de problemas com que nos podemos confrontar em cada um destes domínios, a reflexão dos colaboradores deste volume incidiu de modo particular na análise de algumas questões mais prementes dos riscos tecnológicos recentes e das crises ecológicas mais conhecidas. Partindo do facto de hoje ser cada vez mais insustentável a defesa de uma autonomia e neutralidade absolutas de cada uma destas esferas de valores, sublinha-se, em diversos contextos particulares, o grau de incerteza dos conhecimentos científicos disponíveis para fazer um apelo a uma mudança de atitude não só na prática científica como em todo o processo conducente à tomada de decisões políticas.

Na primeira parte, *Controvérsias sobre riscos e implicações políticas*, Von Schomberg, Kollek e Shrader-Frechette procuram caracterizar a incerteza que acompanha a actividade científica e tecnológica para daí retirar algumas lições que permitam reformular algumas das políticas vigentes na Europa e na América em particular.

O texto de René von Schomberg (7-26) analisa a questão das controvérsias científicas a partir do debate sobre os efeitos ecológicos da introdução de organismos desenvolvidos pela engenharia genética no meio ambiente natural. Uma análise do tipo de argumentação usado pelos grupos ecologistas e pelos peritos em biologia molecular leva von Schomberg a concluir que não podemos, razoavelmente, esperar um consenso entre os peritos de diversas áreas quando se discute algo que vai alterar significativamente um ecossistema. Uma vez que não existe nas sociedades (pós)modernas qualquer tipo de instituição que seja reconhecida como competente para garantir uma efectiva participação democrática nos processos de decisão no interior de contextos de controvérsia científica, faz-se um apelo para a urgência de encontrar um solução processual que permita superar a actual ineficácia ao nível político e jurídico (20). O modelo processual sugerido por Von Schomberg inspira-se claramente na ética do discurso.

Regine Kollek, do Instituto de Sociologia de Hamburgo, analisa o caso da investigação no domínio da biologia (27-41) e procura mostrar que a avaliação dos riscos está profundamente ligada aos diferentes paradigmas científicos. Neste contexto, chama a atenção para os limites do modelo aditivo e para o profundo processo de descontextualização que acompanha a prática da experimentação científica. Kollek não questiona radicalmente as virtualidades da investigação e experimentação científicas. Retomando o caso dos organismos geneticamente alterados, sublinha a necessidade de avaliar cuidadosamente os riscos que a descontextualização operada na prática científica comporta. Neste sentido, os conceitos formulados exclusivamente a partir da experimentação laboratorial não seriam suficientes para prever as interrelações complexas destes organismos quando forem novamente reintroduzidos num ambiente não laboratorial (34). As questões éticas colocam-se não só ao nível da utilização das tecnologias mas logo à partida quando se trata de escolher determinada perspectiva de investigação e experimentação científica. Isto adquire especial virulência no caso da biologia (36). De facto, temos cada dia maior consciência de que tecnologias como a engenharia genética e seus derivados podem afectar de modo irreversível a sociedade e o meio ambiente. Uma das estratégias mais correntes para justificar a prática de determinadas linhas de investigação e experimentação que tem consequências directas no meio ambiente consiste em apresentá-las como a prossecução de um projecto de aplicação de conhecimentos seguros ao serviço de interesses importantes para todos os povos da terra na medida em que contribuiriam para resolver problemas tão graves e prementes como sejam os da fome e da poluição. Kollek recorda que este tipo de justificações da experimentação no ambiente está profundamente ligada a questões de poder fazendo com que determinada tecnologia se apresente como a *única* via para a solução de um problema ou conjunto de problemas. Se a sociedade e o poder político se

deixam conduzir por uma via destas perdem aquele mínimo de margem de manobra que lhes permitiria discutir as vantagens e custos de determinada opção. De facto, como nota Kollek, "os riscos e os benefícios de um procedimento não podem ser avaliados *per se* mas apenas em comparação com outros meios de conseguir atingir as mesmas metas" (37). A grande vantagem de uma abordagem deste tipo seria precisamente a de subordinar a estratégia política a adoptar às exigências derivadas do problema a resolver e não tanto da especificidade de determinada tecnologia. Kollek sublinha as vantagens deste tipo de estratégia em contraste com a prática seguida por muitas instituições e responsáveis políticos. Assim, por exemplo, a comissão do parlamento alemão que em 1985 se reuniu para estudar os "Riscos e chances da engenharia genética" (Deutscher Bundestag 1987) não teve em devida conta o argumento de que talvez não fosse prioritário desenvolver uma nova tecnologia para resolver os problemas da fome à escala planetária mas sim o desenvolvimento de estratégias políticas e económicas eficazes que garantissem uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos naturais. De facto, sem uma mudança significativa neste plano, o desenvolvimento daquelas tecnologias corre o risco de contribuir para aumentar o desnível entre ricos e pobres já que, por si mesma, não pode garantir que o pão chegue à boca dos que morrem de fome ou subnutrição. Kollek critica aquela comissão parlamentar por não ter considerado outras alternativas e por não ter aproveitado uma metodologia já desenvolvida nos anos setenta pela comissão sobre "A energia (nuclear) do futuro". Esta comissão (Deutscher Bundestag 1981) mostrou que o fornecimento de energia podia ser assegurado em dois cenários diferentes de desenvolvimento económico, ambos com e sem energia nuclear (38).

Kristin S. Shrader-Frechette analisa a natureza das probabilidades usando como exemplos típicos casos de probabilidades de acidentes nucleares e de riscos de novos fármacos desenvolvidos pela indústria química.

Na segunda parte deste livro reflecte-se sobre o(s) conceito(s) de ciência implicados nas diversas práticas políticas. Helga Nowotny defende uma compreensão da actividade científica em que a administração e a gestão fazem parte do próprio trabalho científico. Deste modo, questiona a demarcação convencional entre ciência e política sem, contudo, defender uma simples instrumentalização da actividade científica. Em termos programáticos, H. Nowotny defende o alargamento do espaço de negociação através da intervenção de novas instituições intermédias entre as estruturas organizativas tradicionais da ciência e da política. A complexidade dos problemas, a sua natureza global, levantam muitos problemas acerca da própria actividade científica e da sua relação com a acção política pondo em cheque qualquer tipo de gestão unilateral (82-83).

Silvio Funtowicz e Jerome Ravetz exploram as potencialidades do conceito de ciência pós-moderna para lidar com as patologias do sistema industrial moderno e os desafios do progresso tecnológico numa terra em perigo e de recursos limitados (85-123). Os autores distanciam-se claramente do projecto epistemológico pautado pelas noções de verdade e de certeza bem como das novas filosofias da ciência do tipo kuhniano ou feyerabendiano. Uma das ideias centrais deste ensaio é que a ciência e a tecnologia também não podem garantir segurança absoluta. Por maior e mais legítimo que seja o desejo de segurança das pessoas, importa não criar falsas ilusões ou ídolos com pés de barro. É neste sentido que Funtowicz e Ravez apresentam o esboço de um programa polarizado pelas noções de incerteza e qualidade. Uma das consequências desta abordagem seria a necessidade de alargar os tradicionais grupos e comunidades de peritos nas diversas áreas científicas. Os desafios do presente e do futuro impõem a participação de cidadãos em grupos e comissões de peritos que até há bem pouco tempo lhe estavam totalmente inacessíveis.

Ignó M. A. M. Pröpper apresenta alguns resultados de um projecto de investigação destinado a analisar o exercício do poder e a qualidade da argumentação na avaliação de

projectos de investigação e sua influência no processo de decisão política designadamente ao nível da concessão de subsídios (127-158). Partindo de um conceito de racionalidade comunicativa, inspirado em Habermas, e de uma série de textos sobre a teoria da argumentação (Van Eemeren & Grootendorst, Alexy, entre outros), estabelece três princípios básicos e seis regras elementares de uma boa discussão (137-139). Mais do que retirar conclusões de um estudo limitado, Pröpper vê na criação de um instrumento de medida viável para a análise da argumentação nas discussões políticas o principal resultado deste projecto de investigação.

Os capítulos 7, 8 e 9 focam de maneira mais explícita algumas questões éticas que se colocam no contexto de uma reflexão sobre o desenvolvimento científico e tecnológico.

Matthias Kettner defende a ideia de que a ética comunicativa ou do discurso, na versão Apel-Habermas, constitui a melhor base para analisar criticamente os processos de formação de consensos políticos em torno de questões normativas ou factuais (161-180). Mais importante que os qualificativos habituais (deontológica, processual, universalista, cognitiva...) é o facto de a ética discursiva ser uma teoria que se desenvolve em dois níveis: o teórico e o prático (161). O principal interesse desta distinção é, na opinião de M. Kettner, evitar o paternalismo intelectual. Competiria à filosofia especificar teoricamente o conceito de discurso prático mas já não seria sua tarefa a aplicação deste conceito no mundo actual. O filósofo aparece aqui curiosamente reduzido a um puro teórico do discurso prático. Valeria a pena discutir a questão de saber se os pressupostos desta análise são tão inquestionáveis como M. Kettner pensa. Também não custa a compreender e aceitar a posição crítica face a atitudes paternalistas — venham elas de onde vierem — mas dificilmente se pode escapar à impressão de que o diagnóstico do paternalismo intelectual de que parte M. Kettner é demasiado sumário. A aplicação do conceito de "etiologia consensual" à análise crítica da história da formação de um consenso público sobre o uso civil da energia nuclear não introduz elementos significativos a propostas feitas noutros ensaios deste volume. Tem, porventura, a qualidade de revelar melhor os limites de um programa demasiado ambicioso informado por uma noção forte de consenso.

Rainer Hohfeld faz uma análise crítica do modelo biomédico dominante para mostrar que ele conduz a uma definição de doença/saúde que exclui dimensões "humanas" importantes: a sua história pessoal, relações pessoais, etc. (181-187). Reflectindo sobre os pré-requisitos de uma medicina mais humana, Hohfeld refere a conhecida descrição de G. Engel do modelo biopsicossocial e o seu recurso à abordagem holística da teoria geral dos sistemas de Bertalanffy. Contudo, Hohfeld sublinha o facto de este novo modelo ainda estar preso à interpretação mecanicista dos fenómenos biológicos (187).

Daniel Borrillo apresenta um conjunto de comentários oportunos, de ordem jurídica, sobre "a SIDA e os direitos humanos" num contexto de progressão da epidemia (189-203). A sua conclusão é que está quase tudo por fazer neste campo. As sociedades democráticas são confrontadas com escolhas decisivas que põem à prova os ideais de tolerância, respeito pela privacidade e solidariedade.

Os dois últimos ensaios retomam a questão da biotecnologia como caso paradigmático da articulação entre interesses públicos e privados no desenvolvimento e controlo da tecnologia. Olaf Diettrich, em "Biotecnologia e percepção social" (207-219), reflecte sobre algumas questões colocadas pela biotecnologia a partir da sua experiência na Comissão das Comunidades Europeia. Discute alguns dos pressupostos da cultura do consenso, da relação entre conhecimento e atitudes. O objectivo é promover uma análise mais integrada das questões em torno da biotecnologia. As 12.500 entrevistas realizadas em 1991 em vários Estados da União Europeia revelam uma percepção social muito diferente dos riscos e da complexidade das questões postas pela biotecnologia.

Piet Schenkelaars, membro de uma ONG (Amigos da Terra, Bruxelas), aborda algumas questões relativas ao impacto da biotecnologia no ambiente e na qualidade dos alimentos (221-230). Mais uma vez se salienta a dificuldade em levar a cabo estudos sérios sobre a avaliação de riscos reais neste tipo de empreendimentos. A partir das recomendações da OCDE em 1986 começou a produzir-se legislação em vários países europeus sobre o uso da engenharia genética. Um dos problemas apontados neste artigo à prática corrente em vários países deriva do facto de as comissões encarregadas de dar parecer e formar o processo de decisão neste campo estarem dominadas por especialistas oriundos da biologia molecular (227). No caso da alimentação, Piet Schenkelaars chama a atenção para o papel determinante de multinacionais como a Unilever não só no controlo dos mercados como também na própria formação e manipulação da opinião dos consumidores. O caso mais típico é o das margarinas com alto teor de gorduras poli-insaturadas. Há alguns anos atrás o consumidor era bombardeado com a mensagem de que tais margarinas eram boas para o coração. O slogan foi banido por falta de dados científicos sólidos que o pudessem confirmar. Porém as campanhas da Unilever continuam a promover as vendas pretendendo convencer o consumidor que o produto “ajuda a baixar o nível de colesterol” (229). De igual modo, as análises de risco do uso da hormona de crescimento dos bovinos apresentam algumas falhas consideráveis. Alguns investigadores vão mesmo ao ponto de afirmar que os grandes laboratórios produtores da BGH (Monsanto, Eli Lilly, Upjohn, Dow Chemicals) manipularam os dados relativos à segurança do leite e saúde dos animais. O próprio FDA (Food and Drug Administration) não escapa à crítica de estar mais interessado numa ligação estreita com a indústria química e alimentar do que preocupado com a real protecção dos consumidores. Tudo isto conduz a uma situação em que não há investigação verdadeiramente independente já que os departamentos universitários estão largamente dependentes de subsídios da indústria (230).

Estamos perante um conjunto de textos que apelam para uma maior consciencialização dos problemas ligados à prática da investigação e desenvolvimento tecnológico em que a biotecnologia funciona como caso paradigmático. A maior parte dos autores aconselha uma atitude positiva que, sem negar o contributo indispensável da ciência e da técnica, as deve reconduzir à sua verdadeira dimensão antropológica. Uma das formas mais eficazes de contribuir para tal desiderato seria através de uma participação activa cada vez mais empenhada nos processos de decisão política.

António Manuel Martins

PAIS, José Machado: *Sousa Martins e suas memórias sociais. Sociologia de uma crença popular*. Lisboa: Gradiva, 1994; 259 pp.

Como o próprio sub-título o indica, estamos em presença de um estudo sociológico do conjunto de crenças e práticas rituais associadas à memória de Sousa Martins. Embora se trate de um fenómeno bem delimitado quanto aos locais de culto e quanto à população abrangida por esta crença, não se lhe pode negar importância no contexto da sociedade portuguesa.

Procurando evitar esquemas interpretativos demasiado rígidos, J. M. Pais usa as técnicas de investigação social com alguma cautela para se permitir ser surpreendido pela complexidade do seu objecto de estudo. O seu trabalho está estruturado em três partes que procuram responder, sucessivamente, às seguintes questões: “Como surge a crença” (I - pp 25-97); “como se propaga a crença” (II - pp 101-186); “Como se explica a crença” (III - pp 189- 219). Destas, a primeira parte tem mais interesse pela informação biográfica